



**PRIMEIRO  
MINISTRO**

**DISCURSO DE SUA EXCELÊNCIA O PRIMEIRO-MINISTRO DA  
REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE,  
DR. RUI MARIA DE ARAÚJO,  
POR OCASIÃO DO DEBATE DA  
CONTA GERAL DO ESTADO DE 2013**

**Parlamento Nacional  
4 de Maio de 2015**

Sua Excelência, Senhor Presidente do Parlamento Nacional em exercício  
Suas Excelências, Senhores Vice-Presidentes do Parlamento Nacional  
Suas Excelências, Senhoras e Senhores Deputados  
Caros colegas, Membros do Governo  
Senhoras e senhores,

É com grande honra que me dirijo a Vossas Excelências, também em nome do VI Governo Constitucional, nesta reunião plenária do Parlamento Nacional, para participar, pela primeira vez, no debate da Conta Geral do Estado de 2013.

Este requisito constitucional sobre a Conta Geral do Estado, consubstancia-se na fundamental fiscalização e julgamento pela Câmara de Contas do Tribunal Superior, Administrativo e de Contas e na apreciação política do Parlamento Nacional, elementos indispensáveis para a consolidação democrática do nosso país e para uma maior responsabilização da acção governativa.

Nós, os membros do VI Governo Constitucional, sabemos que a responsabilidade, a ética e a transparência são condições primordiais para assegurarmos a correcta utilização dos bens públicos. Considerando ainda a complexidade e o dinamismo da máquina do Estado é fundamental criar e continuamente melhorar os mecanismos de controlo, através da fiscalização, que nos permitam aferir o respeito pelos procedimentos, pelas leis, pelos regulamentos e por outros instrumentos que apoiam e regulam o funcionamento desta máquina.

A nossa jovem democracia tem um quadro institucional recente e em processo de consolidação, mas a verdade é que já temos nas diversas instituições do Estado, cada uma no âmbito das suas funções e responsabilidades, o cumprimento do importante papel de fiscalização e controlo do trabalho do Governo e da administração pública, das suas opções, dos seus projectos, das suas acções.

E, sem dúvida, que o contributo da Câmara de Contas para a promoção da transparência nas contas públicas é já uma realidade. O sistema de controlo que dispomos é essencial, também, para avaliar o sistema de gestão financeira e a qualidade do exercício governativo e ajuda-nos a que o trabalho de todos contribua para o bem de todos, para o bem do Estado, para o bem da nossa Nação.

Claro que, tão importante como assegurar e fiscalizar o cumprimento do quadro normativo e legal da gestão das finanças públicas, é fazer uma correcta e clara demonstração dos resultados obtidos, que resultem das despesas públicas que realizamos anualmente através do Orçamento Geral do Estado.

Acho que todos reconhecemos que, nos últimos anos, houve notáveis progressos na gestão das finanças públicas e grande empenho em corrigir permanentemente as fraquezas encontradas no sistema, tendo o Ministério das Finanças, e o Governo no seu todo, vindo a implementar as recomendações quer da Câmara de Contas do Tribunal de Recurso, quer do Parlamento Nacional, dos anos de 2011 e 2012.

O VI Governo está empenhado em continuar a aplicar medidas correctivas e reformas que garantam que os dinheiros públicos, na sua maioria provenientes do Fundo Petrolífero, e que são injectados no Orçamento Geral do Estado, se traduzam em resultados satisfatórios e com impacto na melhoria de vida dos timorenses.

Como disse, na apresentação do Orçamento Rectificativo de 2015, é nossa intenção continuar a moderar o nível da despesa pública, através de uma revisão de cada item, linha e programa de despesa governamental, e proceder ao corte de todas as despesas supérfluas que não tragam valor acrescentado à nossa economia.

Uma maior disciplina também na preparação das prioridades programáticas anuais, com hierarquia de objectivos, são aspectos fundamentais para alcançar este compromisso e que irá impor uma melhor execução da despesa pública das instituições governamentais.

O aumento de organização e eficiência, e o reforço da harmonização entre aquilo que é planeado e orçamentado, fortalecendo os necessários mecanismos de monitorização e avaliação, permitirá não só alcançar os objectivos a que nos propomos mas também a ser capazes de o demonstrar de uma forma clara e transparente, ao Parlamento Nacional e à Sociedade Civil em geral.

Também só assim, poderemos cumprir o nosso compromisso de efectuar verdadeiras auditorias sociais, em que em que os indicadores da acção governativa são passados a pente fino com isenção e responsabilidade, para que todos participem no esforço de assegurar uma melhor prestação de serviços ao nosso povo.

Como parte das reformas que irão contribuir para uma melhor gestão das finanças públicas e maior responsabilização dos seus intervenientes, um regime jurídico sobre autonomias financeiras, no âmbito da Administração do Estado, considera-se um instrumento fundamental.

Também a maior harmonização legislativa a que nos propomos, traz consigo não só um ordenamento jurídico mais forte e consistente como também traz ganhos de eficácia e eficiência no funcionamento das estruturas públicas, evitando a repetição de funções e economizando assim os recursos.

Tudo isto será suportado por uma administração pública mais eficiente e sustentável e com a maior responsabilidade e responsabilização dos servidores públicos, também com a revisão profunda das necessidades, contratações e promoções da função pública.

Por outro lado iremos, como já referi nesta Magna Casa, promover um modelo sustentável de Finanças Públicas e para tal vamos trabalhar no sentido de melhorar o equilíbrio fiscal do país, alvejando maior arrecadação de receitas domésticas não petrolíferas.

Excelências  
Senhoras e senhores,

As contas auditadas de 2013 e julgadas como validamente prestadas pela Câmara de Contas do Tribunal de Recurso, incluem uma análise detalhada sobre o processo orçamental e de execução da receita e da despesa do Estado e serão, de seguida, submetidas a debate. A Senhora Ministra das Finanças, bem como os restantes Membros do Governo, irão com certeza contribuir para um melhor esclarecimento dos Distintos Deputados.

Antes disso, quero salientar novamente que as recomendações que têm vindo a ser apresentadas para a melhoria do processo de preparação e gestão orçamental têm sido acolhidas com responsabilidade. É possível, de facto, verificar que a maioria das recomendações apresentadas nos relatórios da Conta Geral do Estado dos anos de 2011, 2012 e 2013 está em fase de implementação ou já foi implementada. O VI Governo está determinado em continuar esta missão.

Quero com isto afirmar que o Governo encara com todo o sentido de rigor a necessidade de resolver as fragilidades, os problemas e as ineficiências da gestão e aplicação dos dinheiros e bens públicos que são detectados nestes importantes exercícios de fiscalização.

Excelências  
Senhoras e Senhores,

Nós sabemos que a elaboração de um Orçamento Geral do Estado é sempre um exercício de enorme complexidade e baseia-se, necessariamente, em estimativas e projecções, mas é nossa função aproximá-las o mais possível da realidade, de acordo com a informação que dispomos num dado momento. Só desta forma podemos executar bem e corresponder às necessidades dos timorenses.

E por esta razão, a prestação de contas é pois entendida por este Governo com total sentido de responsabilidade e é nosso objectivo garantir que a gestão eficiente e transparente dos dinheiros e bens públicos não é uma aspiração mas sim uma realidade, que está fortemente enraizada na tradição governativa do nosso país.

Esperamos que durante o debate se possa encontrar um bom entendimento em relação às recomendações, não só as que foram feitas pelo Tribunal de Recurso mas também as do Parlamento Nacional, para que juntos possamos pôr em ordem as contas do Estado e organizar ainda melhor os mecanismos de implementação de gestão financeira do dinheiro do Estado nos próximos anos.

Muito obrigado Senhores Deputados pela vossa atenção.

Díli, 4 de Maio de 2015  
Dr. Rui Maria de Araújo